



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A PAISAGEM DA PERIFERIA METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES ACERCA DA
CIDADE DE SÃO GONÇALO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Jefferson Tomaz de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - jeffersontomaz@id.uff.br
*Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFF. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFF. Pós-Graduando da
Especialização em Política e Planejamento Urbano pela UFRJ. Arquiteto e Urbanista Coordenador de Projetos na
Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ.*

**A paisagem da periferia metropolitana contemporânea:
reflexões acerca da cidade de São Gonçalo na Região
Metropolitana do Rio de Janeiro**

RESUMO

A exclusão e a desigualdade presentes nos processos da urbanização brasileira contribuíram com a manutenção de paisagens periféricas em diversas cidades e metrópoles no Brasil. Diversos estudos demonstram a precariedade das periferias brasileiras e a manutenção de paisagens excludentes e monótonas diante de um quadro de segregação e fragmentação socioespacial. Contudo, a literatura apresenta lacunas referentes à investigação dos processos de urbanização e sua relação com a produção de novas paisagens nas periferias metropolitanas contemporâneas, diante da ascensão do capital neoliberal na conjuntura contemporânea. Diante disso, como as paisagens das periferias metropolitanas se materializam diante da fase atual do capitalismo? Este artigo, portanto, tem como objetivo discutir e apresentar algumas reflexões a respeito da conformação urbanística e práticas políticas neoliberais que têm reconfigurado as paisagens das periferias metropolitanas brasileiras. O estudo debruça-se sobre essa lacuna da literatura a partir de uma metodologia composta por revisão bibliográfica e estudo de caso empírico com registros fotográficos de observações em campo no município de São Gonçalo, na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. O artigo revela a dinâmica da paisagem periférica que se adequa autoritariamente aos ciclos de reprodução do capital neoliberal que a impulsionam como elemento atrativo à acumulação capitalista no espaço, diante da consolidação e “congestionamento” dos núcleos urbanos centrais. A paisagem periférica se manifesta como a borda da expansão do capital, seu veículo de manutenção de poder e reprodução no neoliberalismo.

Palavras-chave: paisagem, metrópole, periferia, neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

O modelo da urbanização brasileira em consonância às práticas capitalistas de reprodução do espaço urbano engendrou a produção de cidades marcadas pelos mais diversos âmbitos de desigualdades e de padrões de segregação (MARICATO, 2001; SANTOS, 1993; VILLAÇA, 1998). Esse modelo de desenvolvimento se relaciona diretamente a diversos problemas sociais, econômicos, políticos, espaciais e ambientais observados nas cidades brasileiras desde sua gênese até a contemporaneidade.

Nesse âmbito, entre outros aspectos, pode-se mencionar a fragmentação da paisagem urbana e metropolitana como um dos reflexos da ausência de um planejamento urbano integrado com potencial de ordenamento regional em diversas cidades no Brasil (MACEDO et al., 2018; QUEIROGA, 2012). Nesse sentido, a urbanização brasileira apresenta implicações diretas na conformação da paisagem das cidades e, possivelmente, em suas dinâmicas urbanas particulares. No cerne da cidade contemporânea, o arranjo

da paisagem metropolitana pode ser comprometido em função desses fatores, e ainda, ser fragilizado pela atuação das dinâmicas neoliberais.

Na contemporaneidade, as práticas do Estado estimulam os fluxos flexíveis de reprodução do capital nos negócios urbanos em consonância a diversos interesses privados. Nesse aspecto, a flexibilidade de circulação do capital se alimenta de mercadorias, símbolos e representações espaciais favoráveis à acumulação capitalista no espaço urbano (HARVEY, 2011; SÁNCHEZ, 1999; VAINER, 2000). Essas dinâmicas acentuam os confrontos entre agentes sociais, condicionam novas formas de desenvolvimento da sociedade, expandem as disparidades socioespaciais, engendram novos significados aos espaços urbanos e reconfiguram a paisagem da cidade capitalista.

Em linhas gerais, na cidade contemporânea as políticas públicas sob a ótica do urbanismo neoliberal produzem intervenções urbanas para atender as dinâmicas mercadológicas das cidades e inseri-las paulatinamente nos padrões da economia globalizada (HARVEY, 1996; 2011). Nessa conjuntura, a atratividade à reprodução do capital nas áreas centrais desponta-se em primeiro plano, contudo, já podem ser observadas algumas dessas intervenções pasteurizadas em áreas periféricas que oferecem potencialidade de reestruturação espacial aos moldes do capital neoliberal.

Balizando essa discussão, à luz dos conceitos de Milton Santos (1996), podem-se considerar os espaços luminosos como aqueles com grande potencialidade de atrair a reprodução do capital na sua materialidade, configurando-se como espaços dominados pela técnica e pela racionalização. Já os espaços opacos são percebidos de maneira oposta, sendo espaços a princípio pouco atrativos aos interesses mercadológicos, marginais ao pensamento dominante, *locus* da população de baixa renda e suas dinâmicas particulares. O geógrafo alimenta uma discussão a respeito das diferentes dicotomias presentes nesses espaços: o tempo ágil e o tempo lento, a visibilidade e a invisibilidade, os homens rápidos e os homens lentos, a exatidão e a inventividade. Entretanto, a luminosidade ou a opacidade dos espaços na metrópole contemporânea já são percebidos de maneira difusa e cada vez mais heterogênea. A lentidão ou a rapidez de atratividade dos espaços à reprodução do capital se apresenta de maneira fluida frente à agenda urbana neoliberal.

Nos processos de urbanização contemporâneos já se percebe a reprodução do capital em determinados espaços outrora considerados opacos, com vistas à “revitalização” dos mesmos para sua inserção na dinâmica urbana globalizada. Nessa discussão do urbanismo neoliberal, para a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2007), a busca por novos sentidos, signos e apropriações reproduz um modelo de desenvolvimento urbano excludente, o qual pode ser apontado como agravante das fragilidades enfrentadas pela paisagem das periferias empobrecidas, o habitat dos homens lentos de Milton Santos.

No âmbito geohistórico, de acordo com Maurício Abreu (1987), a periferia metropolitana do Rio de Janeiro ofereceu abrigo à população de baixa renda, a qual foi deslocada do núcleo central da metrópole em função de seu baixo poder aquisitivo e de determinadas políticas públicas excludentes de um

Estado autoritário. Essa periferia se caracterizou como um espaço atrativo aos operários assalariados no clímax da industrialização fluminense e incipientes processos de urbanização, próximo ao início da segunda metade do século XX.

Nessa conjuntura, a partir dos estudos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1982; 1984), compreende-se que esses processos de urbanização da periferia metropolitana fluminense foram regidos por estratégias políticas e econômicas como alavanca à acumulação de renda aos proprietários fundiários, à luz dos interesses dos capitais imobiliário e industrial em detrimento de um planejamento urbano democrático.

Enquanto o Rio de Janeiro dos fins do século XIX e início do século XX aspirava à modernidade e ao progresso, nos municípios da periferia da metrópole, que futuramente se consolidaria, predominavam a ausência de planejamento, a ocupação desordenada e a construção de uma paisagem periférica decorrentes dos incipientes processos de urbanização.

Pesquisas anteriores demonstram a precariedade das periferias brasileiras e a manutenção de paisagens excludentes e monótonas diante de um quadro de segregação e fragmentação socioespacial (LAGO, 2000; MARICATO, 2001; SANTOS, 1993; VILLAÇA, 1998). Contudo, a literatura apresenta lacunas referentes à investigação dos processos de urbanização e sua relação com a produção de novas paisagens nas periferias metropolitanas contemporâneas, diante da ascensão do capital neoliberal na conjuntura contemporânea (ARAÚJO, 2020).

Diante disso, como as paisagens das periferias metropolitanas se materializam diante da fase atual do capitalismo? Este artigo, portanto, tem como objetivo discutir e apresentar algumas reflexões a respeito da conformação urbanística e práticas políticas neoliberais que têm reconfigurado as paisagens das periferias metropolitanas brasileiras. O estudo debruça-se sobre essa lacuna da literatura a partir de uma metodologia composta por revisão bibliográfica e estudo de caso empírico com registros fotográficos de observações em campo no município de São Gonçalo na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.

PERIFERIA: POTENCIALIDADES DE UMA ANTIGA LIMITAÇÃO

Inicialmente, a tarefa de conceituar periferia pode soar bastante audaciosa por motivos diversos, seja pela complexidade da questão seja pela inconstância do fenômeno na contemporaneidade. Ao longo das últimas décadas, muito se tem discutido a respeito do espaço urbano periférico, todavia, grandes lacunas ainda existem entre os elementos que podem auxiliar nessa compreensão. Variáveis pouco conectadas e às vezes tratadas de maneira isolada entre si em outros estudos contribuem na composição desse quadro de fragilidades.

Entre outros aspectos, a mutabilidade da paisagem, a composição do tecido social, os conflitos entre os agentes produtores do espaço, a fluidez do capital neoliberal e a celeridade do fenômeno metropolitano que se alastra pelas cidades brasileiras contribuem à intensificação da complexidade das periferias urbanas e metropolitanas na sociedade contemporânea.

Diante disso, conforme pontuado por Eloisa Araujo (1995, p. 29), o processo de metropolização é muito complexo, pois é permeado pelas contradições da urbanização com base em espaços e organizações distintas. Desse modo, expressa conteúdos sociais diferenciados que acentuam as múltiplas faces do crescimento das cidades, reforçando ou enfraquecendo as mudanças na paisagem metropolitana. Portanto, apenas os processos de urbanização precários e a alta concentração das camadas sociais populares já não são mais as variáveis suficientes para compreender a forma e o conteúdo da periferia contemporânea na realidade brasileira.

Como argumenta Luciana Lago (2000, p. 38), a periferia era entendida no século passado como o espaço dos loteamentos populares, da autoconstrução e das condições de vida precárias, aspectos opostos ao observado nos espaços centrais regidos pelos princípios do planejamento urbano de grande influência europeia. Para a autora, pouco se estudou a respeito da complexidade das relações de produção do espaço urbano periférico como forma de questionar a suposta homogeneidade – social e espacial – da concepção dicotômica de centro e periferia.

No caminho oposto do discurso hegemônico difundido amplamente na literatura internacional, o caso brasileiro parece exigir esforços mais amplos no processo de (re)descoberta do conceito de periferia diante da conjuntura nacional e suas particularidades. Diferentemente das formações socioculturais, político-econômicas e ambientais das periferias americanas, francesas ou inglesas, a periferia brasileira é reflexo de longos processos da evolução urbana de cidades marcadas por relações desiguais e pelo oportunismo político diante de uma sociedade colonizada, escravizada e estratificada por séculos. Partindo de uma visão sistêmica, as periferias urbanas e metropolitanas brasileiras são produto desses aspectos, acentuados especialmente pela elevada concentração fundiária e má distribuição da renda. Estes, por sua vez, são elementos base da conformação histórica do território brasileiro (MARICATO, 2011).

Na visão de Ermínia Maricato (2011), as especificidades do processo de formação das classes sociais no Brasil e da inserção nacional na conjuntura geopolítica mundial não podem ser ignoradas para compreender as periferias. Na concepção da autora, é impraticável pensar na forma e no conteúdo das cidades e metrópoles brasileiras sem levar em consideração alguns aspectos que elucidam muitas questões contemporâneas: a relação colonial agroexportadora mantida por séculos, a tardia abolição da escravidão, o vagaroso processo de industrialização nacional e, o mais recente, engajamento permissivo no processo de financeirização global.

Especialmente a partir da década de 1970 os esforços acadêmicos se voltaram ao estudo das periferias como espaços homogêneos, precarizados, inertes, mero dormitório da classe trabalhadora e abrigo da criminalidade. Contudo, o espaço urbano periférico se apresenta muito mais complexo e dinâmico na conjuntura atual, necessitando de novas articulações epistemológicas para seu correto entendimento. Hoje, a periferia do início da década de 2020 traz consigo o acúmulo de tempos, técnicas, ações e intencionalidades de atores sociais diversos. Essa “nova” face da periferia aos poucos se distancia daquela puramente estigmatizada pela precariedade e

negada pelo olhar hegemônico, afirmando-se como manifestação sociocultural resistente à rígida normatização dos espaços urbanos contemporâneos.

Um olhar atento às especificidades e aos rebatimentos da discussão de periferia em determinado recorte empírico é fundamental, visto que, a tentativa de universalização do conceito por diversos autores ao redor do mundo é certamente apática à realidade brasileira no âmbito da urbanização latino-americana. O olhar de uma visão epistemológica hegemônica de herança eurocêntrica poderia ser capaz de ocultar as particularidades responsáveis pela caracterização do espaço urbano periférico a que esta pesquisa se debruça, ignorando ou reduzindo a simbiose composta pelas suas estruturas social, cultural, econômica e política.

Complementando essa questão, o uruguaio Raúl Zibechi (2015) salienta a grave distorção que esse olhar hegemônico pode causar nas investigações baseadas empiricamente nas periferias do contexto latino-americano. Em suas palavras:

[...] Esse olhar representa uma forma míope epistemológica, que embaralha as interpretações a respeito das periferias urbanas. Alguns dos principais sintomas desta miopia são a negação do protagonismo dos sujeitos da periferia na produção do espaço e na sua própria emancipação, além da consideração do periférico como um subproduto das relações hegemônicas, como algo marginal e, portanto, economicamente menos eficiente ou improdutivo (“informal”, “ilegal”, “clandestino”), socialmente perigoso (“marginal” ou, nas leituras assistencialistas, “carente”), politicamente anódino ou conservador (“lumpen”) e moralmente desajustado (“imoral”). O pensamento crítico incorre, ademais, em um grave problema político ao importar o ponto de vista analítico forjado pelos grupos dominantes. [...] (ZIBECHI, 2015, p. 11).

Diante disso, Luana Loria (2017) fundamenta que a desconstrução dos discursos hegemônicos é essencial para a (re)construção do conceito na conjuntura atual. Para a autora, a superação de determinados estereótipos da periferia é embasada principalmente pelas suas manifestações artísticas diversas, de conteúdo crítico, balizadas na resistência política como forma de reinvenção da imagética pejorativa arraigada por muitas décadas. Desse modo, para o correto entendimento da expressão das periferias contemporâneas na dinâmica neoliberal é essencial perceber a manifestação cultural desses espaços como instrumento de ressignificação do espaço urbano periférico. Essa compreensão contra-hegemônica pode assumir “[...] a periferia como espaço de crítica às instituições [...] [, ou ainda,] [...] como espaço de concretização de uma cidadania insurgente” (LORIA, 2017, p. 199).

Certamente, se as escalas de análise forem mais aproximadas ou distanciadas, seria perceptível uma gama de variações das tantas outras periferias possíveis no espaço urbano metropolitano brasileiro. Tanto na escala do bairro, da cidade, da metrópole, quanto na perspectiva global, espaços periféricos sempre serão latentes e heterogêneos. No entanto, ciente da ampla variedade de abordagens e perspectivas possíveis, o escopo deste trabalho se limita à escala da cidade-metrópole a partir de determinado viés investigativo.

A periferia, em suas diferentes escalas, assume conotações espaciais, políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, é importante compreender a periferia metropolitana contemporânea a partir de alguns campos de análise que estruturam a discussão neste estudo: as dimensões geográfica, urbanística e sociológica, as quais atuam de forma complementar e simbiótica entre si.

Em termos gerais, geograficamente a noção de periferia abrange as bordas, franjas ou determinadas áreas distantes de algum centro urbano. Contudo, a banalidade dessa dicotomia não é suficiente para expressar as dinâmicas que ocorrem no espaço urbano periférico. Além do mais, a questão da escala de observação é essencial ao refinamento do processo analítico das periferias, visto que as variáveis geográficas e urbanísticas se intensificam na medida em que se transita entre as escalas da cidade e da metrópole.

Nesse sentido, os trabalhos de Roberto Lobato Corrêa (1986, 1989) e Flávio Villaça (1998), ao refletirem a respeito das teorias internacionais desenvolvidas a partir dos estudos da Escola de Chicago na segunda metade do século XX, contribuem com uma interpretação da disposição geográfica das classes sociais na produção do espaço urbano. A realidade brasileira revela que a população de baixa renda se concentra majoritariamente em espaços urbanisticamente precarizados, ao passo que as classes mais abastadas se localizam em espaços mais assistidos em infraestrutura e serviços urbanos (VILLAÇA, 1998). Entretanto, partindo de uma perspectiva geográfica, essa disposição segregacionista sugere a presença de duas periferias na produção do espaço urbano capitalista: uma periferia com urbanização de status e outra com urbanização popular, as quais podem exercer simbolicamente imagens distintas (CORRÊA, 1986, 1989).

De certo modo, a dimensão geográfica se articula à dimensão urbanística dessas periferias, conferindo distinções qualitativas entre esses espaços. Uma vez que as periferias consideradas nobres tornam-se valorizadas por amenidades proporcionadas pelo seu suporte biofísico e potencializadas por intervenções urbanas – seja pelo mar, áreas de proteção ambiental, parques urbanos, etc.. Dessa forma, esses espaços desfrutam de uma infraestrutura urbana mais adequada ao maior poder aquisitivo da população que ali terá condições socioeconômicas de residir. De outro modo, as periferias de urbanização popular desfrutam do descaso político no tratamento do espaço urbano, sendo majoritariamente constituídas pela autoconstrução arquitetônica, intervenções pontuais do poder público na qualificação do espaço e poucos atrativos urbanísticos imagéticos.

Em complemento a esse argumento, as ideias de Angelo Serpa (2002) instigam a reflexão da presença de duas categorias de periferia no espaço urbano brasileiro: a periferia geográfica e a periferia sociológica. De modo geral, a localização geográfica e os atributos urbanísticos tornam-se fatores determinantes à valorização ou desvalorização fundiária no espaço urbano,

assim como, à construção imagética daquele espaço na cognição humana. Portanto, a dimensão geográfica interage mutuamente com a dimensão sociológica, possibilitando a criação de símbolos estigmatizados acerca dos espaços urbanos periféricos.

Em outras palavras, o geógrafo argumenta que o termo periferia assume uma ressignificação na contemporaneidade em função da dimensão sociológica, tendo em vista que determinadas áreas longínquas dos centros urbanos não são entendidas como periféricas principalmente pela qualidade de urbanização superior às demais e a paulatina concentração das classes média e alta. Por outro lado, a periferia de urbanização popular carrega consigo o simbolismo pejorativo da oferta de infraestrutura e serviços urbanos menos qualificados. Dessa forma, algumas periferias geográficas – seja na escala da cidade ou da metrópole – podem não se classificar também como sociologicamente periféricas. De outro modo, outras podem se caracterizar de ambas as maneiras simultaneamente (Figura 01).



Figura 01. Barra da Tijuca na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro: periferia geográfica valorizada pela orla oceânica. Fonte: Rafael Rabello de Barros, 2011.

Como ilustração do exposto, pode-se mencionar na escala da cidade o caso dos bairros Campo Grande e Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Ambos localizam-se geograficamente de maneira periférica ao núcleo central e turístico da cidade, todavia, a Barra da Tijuca apresenta um padrão de urbanização nitidamente superior e abriga classes mais abastadas em função de suas amenidades ofertadas, o oposto do observado em Campo Grande.



Figura 03. São Gonçalo enquanto periferia geográfica e sociológica na escala da metrópole: negação da orla da Baía de Guanabara ao longo dos processos de urbanização da cidade. Fonte: Acervo do autor, janeiro de 2020.

Nesse contexto, vale ressaltar que esta negação da orla se dá fortemente por uma questão política, econômica e cultural brasileira, pois se costumam valorizar as orlas de águas urbanas que usufruem de visão privilegiada para belezas naturais com potencial de atratividade turística e da dinâmica imobiliária, tais como as praias do Flamengo e Icarai no Rio de Janeiro e em Niterói, respectivamente. Por outro lado, a precariedade de investimentos públicos em saneamento ambiental tornou a orla da Baía de Guanabara em Duque de Caxias e São Gonçalo à margem de serem exploradas pelo turismo e mercado imobiliário. Suas belezas naturais de manguezais e foz de rios foram submetidas à depreciação e degradação, comparativamente a amenidades de outras orlas tidas como mais atrativas para serem valorizadas no processo de ordenamento urbano, diante desse pensamento embasado política, econômica e culturalmente.

O CASO DA PERIFERIA METROPOLITANA FLUMINENSE

Na conjuntura da proximidade deste novo milênio, Luciana Lago (2000) já havia apontado as mutações que as periferias metropolitanas brasileiras estavam enfrentando, apoiando-se num estudo empírico do caso da metrópole do Rio de Janeiro. Com base em diversos dados censitários e documentais, a autora defende a tese de que uma nova espacialidade urbano-metropolitana emergente tende a ser intensificada na nova fase do capitalismo no século XXI, assim como, a rigidez relativista do binômio centro/periferia não é mais suficiente para caracterizar as transformações estruturais das cidades e metrópoles na era global. Nessa perspectiva, novos padrões e escalas de segregação mais complexos são acompanhados pelas transformações emergentes nas periferias metropolitanas em função de novos modelos tipo-

morfológicos introduzidos pelo capital e seus reflexos na composição heterogênea do tecido social periférico.

Ainda, cabe mencionar algumas pontuações de estudos posteriores da autora, que enfatizam o maior dinamismo recorrente nas periferias metropolitanas nas últimas décadas deste milênio. A periferia metropolitana contemporânea adquiriu uma dinâmica demográfica diferenciada das últimas décadas do século passado. A consolidação de centralidades comerciais em municípios periféricos fluminenses – mesmo que sem a devida intervenção da gestão pública – contribuiu na maior oferta de empregos de baixa qualificação e na redução dos deslocamentos intermunicipais casa-trabalho. De igual modo, a implantação de infraestrutura, serviços urbanos, equipamentos e melhorias na mobilidade – ao menos nas centralidades urbanas – contribuíram à consolidação de núcleos de desenvolvimento nos municípios periféricos, amenizando a excessiva polarização ao núcleo da metrópole (LAGO, 2007; 2011).

Apesar disso, esses melhoramentos urbanos nas centralidades periféricas ainda estão longe das qualidades consideradas ideais, mas ainda assim cumprem o papel de consolidá-las urbanisticamente no tecido urbano-metropolitano. A baixa qualidade projetual da infraestrutura, serviços e equipamentos conferem alguns conflitos em diferentes escalas e, de certo modo, ainda mantém uma parcela do estigma periférico ao menos no âmbito sociológico.

De igual modo, a restrição de espaços de acesso público ao lazer e as atividades laborais que exigem alta qualificação ainda serem concentradas majoritariamente no núcleo metropolitano também contribuem a esse aspecto. A baixa qualidade arquitetônica, a desconexão dos projetos urbanísticos e paisagísticos e a gestão passiva do poder público são alguns dos elementos que corroboram com a ratificação da estética da paisagem e do estigma periféricos nesses espaços (Figura 04).



Figura 04. Centro comercial de Alcântara em São Gonçalo: centralidade periférica consolidada na metrópole. Fonte: Acervo do autor, janeiro de 2020.

No caso da metrópole fluminense, pode-se apontar a coexistência de relações de interdependência e dependência nas escalas inter e intramunicipal na atualidade. Visto que apesar de alguns municípios periféricos terem recebido novos investimentos públicos e privados de reestruturações urbana e econômica nas últimas décadas – especialmente na indústria, no mercado imobiliário e no comércio –, estes ainda não possuem autonomia suficiente para crescer isoladamente ao município núcleo da metrópole.

De outro modo, as relações na escala intramunicipal sugerem a dependência entre as diferentes centralidades urbanas complementares entre si na oferta de determinados serviços e postos de trabalho à população. Esses aspectos alimentam a discussão a respeito de uma possível nova configuração socioeconômica no espaço metropolitano brasileiro rebatida em múltiplas escalas, bem como, do atual papel das periferias nessa dinâmica (SILVA, 2014, p. 136).

De maneira geral, apesar de ainda necessitar do aprimoramento de determinados serviços e infraestrutura urbana, essa periferia que se consolidou apresenta algumas características particulares. Entre outros aspectos, podem ser mencionados a insurgência de sua cultura popular resistente, uma maior diversidade de classes sociais, novos equipamentos e serviços urbanos, a atratividade a ações estratégicas de acumulação do capital no espaço, a fluidez de novas práticas de consumo global e os diversos padrões de ocupação do solo com tecidos urbanos cada vez mais fragmentados.

Ainda que essas recentes reconfigurações da urbe possam proporcionar melhores condições de acesso a bens e serviços na periferia, o cenário de exclusão ainda se apresenta vinculado às dimensões sociológica e urbanística do espaço urbano periférico. Por sua vez, esse cenário é basicamente revelado pelo determinado grau de restrição à apropriação da cidade-metrópole pelas classes sociais menos favorecidas.

Essa marca simbólica restritiva reforça a experiência de habitar um espaço onde ainda é necessário buscar empregos e cursos de alto nível de capacitação, serviços públicos de melhor qualidade e opções de lazer e cultura em outros bairros ou cidades melhor estruturados nesse sentido. Mesmo que esses eventos ocorram esporadicamente, a manutenção do estigma periférico pode permanecer no imaginário dessa parcela da sociedade diante desse fato.

Ao estudar as dinâmicas urbanas contemporâneas do trecho Niterói-Manilha da BR-101, Leila Araujo (2014) defende que além da forte dinâmica demográfica presente na periferia, sua paisagem vem se tornando cada vez mais plural, assim como os seus conteúdos. Na concepção da geógrafa, essa heterogeneidade é elucidada por novas práticas socioculturais e espaciais na (re)produção do espaço urbano periférico à luz dos interesses mercadológicos. Por isso, a periferia contemporânea se apresenta como *locus* de múltiplas paisagens. A diversidade presente na periferia é resultado da combinação de técnicas no espaço-tempo, imprimindo sua identidade própria, pertencimentos e variadas representações locais e globais na paisagem. Cada periferia contém suas particularidades e expressa suas diferenças entre si, mescladas em sua forma e conteúdo (ARAUJO, 2014, p. 58).

Na fase atual do capitalismo interessa ao capital neoliberal a expansão dos seus limites no espaço pelas mais variadas formas de representação. O rompimento das fronteiras da sociedade de consumo e da atuação da dinâmica imobiliária nos espaços centrais com direção às periferias indica a potencialidade oferecida por esses espaços, outrora oculta, às novas experiências mercadológicas de acumulação capitalista no espaço (Figura 05).



Figura 05. Expansão de empreendimentos imobiliários no entorno do centro comercial de Alcântara em São Gonçalo: experimentações do capital neoliberal nas periferias metropolitanas. Fonte: <<https://www.mrv.com.br/imoveis/apartamentos/rio-de-janeiro/sao-goncalo/alcantara/via-mares-mar-de-paraty>>.

Tanto na escala urbana quanto metropolitana, é cada vez mais perceptível a presença de novos modos de distinção e segregação no espaço periférico, seja no âmbito sociocultural pelos novos padrões de consumo globalizado ou no âmbito urbanístico pelos novos modelos tipo-morfológicos introduzidos na paisagem. Nesse sentido, as periferias abrigam uma profusão de elementos tradicionais e globais justapostos de maneira desalinhada aos seus simbolismos e escalas característicos (Figuras 06 e 07).



Figura 06. Praia das Pedrinhas em São Gonçalo na década de 1960: atualmente fragilizada ao uso de lazer em função da poluição da Baía de Guanabara e da ruptura espacial provocada pela BR-101 na orla da cidade. Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/historico>>.



Figura 07. São Gonçalo Shopping e a orla da Praia das Pedrinhas nas margens da rodovia BR-101: desigualdades e precariedades no cenário neoliberal. Fonte: Diego Baravelli/Wikipedia, 2017.

Desse modo, na maioria dos casos, as novas experiências esdrúxulas do capital alimentam a atuação de práticas excludentes expressas na paisagem periférica, balizadas pelos interesses políticos e econômicos de determinados agentes sociais. Ora pelo oportunismo político, ora pelo “esquecimento” midiático, as periferias tem se despontado como espaços adequados às novas experiências mercadológicas no cerne do neoliberalismo. Espaços livres e edificados vêm sendo consumidos e “modernizados” pelo capital de acordo com sua vontade e necessidade de superacumulação no espaço urbano periférico contemporâneo (Figura 08).



Figura 08. Fluidez do capital neoliberal na periferia contemporânea: shopping center usurpando o espaço da antiga Praça Carlos Gianelli no centro comercial de Alcântara em São Gonçalo. Fonte: Acervo do autor, janeiro de 2020.

Em linhas gerais, na paisagem das periferias brasileiras ainda predomina a autoconstrução e uma massa edificada predominantemente horizontalizada, todavia, a crescente expansão do mercado imobiliário vem alterando esse aspecto com novos modelos tipo-morfológicos, os quais a tornam cada vez mais heterogênea social e urbanisticamente. As periferias outrora socioeconomicamente excluídas começam a abrigar paulatinamente outras classes sociais emergentes e novos tipos de tecido urbano de maneira dispersa (MACEDO et al., 2018).

Nessa perspectiva, nos espaços urbanos periféricos podem ser observados alguns padrões tipo-morfológicos de ocupação do solo urbano semelhantes aos dos espaços de classes mais abastadas. Entretanto, há a presença de reduções e adaptações às condições socioeconômicas locais nessas releituras (TÂNGARI, 2019). Esses aspectos mencionados acentuam a complexidade das periferias, revelam novas escalas de segregação e questionam os paradigmas levantados pela literatura em décadas passadas.

No caso de São Gonçalo, uma tentativa de romper com o imaginário do passado industrial e impulsionar o setor de comércio e prestação de serviços em São Gonçalo é verificada especialmente entre as décadas de 1990 e 2000. A concentração de diversas indústrias desativadas ao longo do eixo do trecho Niterói-Manilha da BR-101 foi amplamente explorada nesse sentido, possibilitando a eclosão de diversos empreendimentos – especialmente shopping centers, hipermercados e redes de *fast food* – nesse novo vetor de expansão urbana e indutor de novos significados na cidade (MENDONÇA, 2007).

Nessa conjuntura, novas formas de ocupação do solo urbano emergiram em função de uma urbanização dispersa e fragmentada à luz dos desejos do capital imobiliário, baseando-se no espraiamento de atividades e serviços apoiado no transporte pelo automóvel (REIS FILHO, 2006). Ademais, ao decorrer desta década é perceptível a intensificação da atuação do mercado imobiliário habitacional nas proximidades desse eixo – especialmente nos bairros do Distrito de Neves –, convertendo amplos espaços industriais desativados em condomínios residenciais fechados e instigando a criação de um “novo” imaginário de desenvolvimento urbano (Figuras 09 e 10).



Figura 09. Urbanização dispersa no trecho da BR-101 no bairro Neves em São Gonçalo. Fonte: Acervo do autor, janeiro de 2020.



Figura 10. Expansão do mercado imobiliário no bairro Porto Velho, antigo bairro industrial nas margens da BR-101 em São Gonçalo: experimentações do capital neoliberal nas periferias metropolitanas. Fonte: <<https://curyvendas.net/sao-goncalo-completo-guanabara/>>.

Nesse sentido, muitas das mudanças ocorridas nas periferias brasileiras nas últimas décadas são reflexos do processo de reestruturação produtiva das cidades e metrópoles à luz dos interesses do capital global. Esse processo que alia interesses políticos e econômicos de determinados grupos sociais acaba por manter os espaços periféricos com urbanização pouco eficiente, mas paulatinamente tomados por símbolos globais em seu tecido urbano: especialmente os condomínios fechados e shopping centers (MARICATO, 2011).

Notadamente, a periferia ainda abriga majoritariamente a população mais pobre nas cidades e metrópoles brasileiras, no entanto, a atuação da dinâmica imobiliária tem sido estratégica em determinados espaços urbanos periféricos para atração da classe média no cenário atual. Apesar da crescente pluralização de classes no espaço urbano periférico, a acentuação das desigualdades e da exclusão sociais atingem diferentes magnitudes.

A paisagem da periferia contemporânea é heterogênea, reflexo da sociedade e suas classes sociais, das práticas políticas permissivas e dos interesses mercadológicos neoliberais que se expandem ao espaço urbano periférico na tentativa de manutenção dos ciclos produtivos do capital. A experiência urbana contemporânea vem moldando a composição da paisagem das periferias – não apenas das periferias em processo de consolidação, mas especialmente das periferias consolidadas –, as dotando de novos significados em diferentes âmbitos por meio de tentativas bem sucedidas ou não. Diante

dessa dinâmica, a periferia contemporânea adquire novos usos, valores, espacialidades e simbolismos frente à agenda urbana neoliberal¹ (Figura 11).



Figura 11. Contrastes tipo-morfológicos na paisagem periférica em mutação no município de São Gonçalo (RJ). Fonte: Acervo do autor, janeiro de 2020.

Na era neoliberal, a periferia emerge como laboratório de interesses político-econômicos de determinados agentes dominantes na produção do espaço. O capitalismo em seu estágio atual percebeu as potencialidades ocultas em determinados espaços urbanos periféricos essenciais à sua reprodução na cidade-metrópole, expandindo suas fronteiras e assumindo a periferia como espaço de grande dinamismo na contemporaneidade. Atualmente, a periferia parece ter superado parte de sua opacidade, sendo propícia à expansão do mercado de consumo capitalista e produtora de subjetividades de diversas naturezas e escalas (Figura 12).

¹ Para exemplificação, ver os seguintes casos: GALDO, Rafael & DAMASCENO, Natanael. Instalação do Comperj em Itaboraí provoca 'boom' imobiliário. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/instalacao-do-comperj-em-itaborai-provoca-boom-imobiliario-6109291>>. Acesso em 14 dez. 2020.

MACEDO, Sandro. Estádio é começo, mas insuficiente para boom imobiliário em Itaquera. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mai. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/05/1883733-estadio-e-comeco-mas-insuficiente-para-boom-imobiliario-em-itaquera.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SARDENBERG, Clarissa. Central Park será construído no Centro de Duque de Caxias. **O Dia**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2014-03-01/central-park-sera-construido-no-centro-de-duque-de-caxias.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.



Figura 12. Empreendimentos imobiliários na gleba do antigo pátio industrial do Grupo Hime no bairro Neves em São Gonçalo. Fonte: Acervo do autor, setembro de 2021.

Diante dessa nova configuração das periferias no cerne do neoliberalismo, as práticas mercadológicas definem novos arranjos espaciais propícios à expansão do consumo nesses espaços outrora tidos como opacos, conjugando os interesses das frações do capital fundiário, industrial, imobiliário e financeiro. A imposição simbólica de novas práticas culturais típicas da classe média sugere uma constante tentativa de inserir o sujeito periférico no ciclo de consumo produtivo do capital. Essa ideologia engendra novos estilos de vida, padrões de consumo, modos de habitar e de se apropriar da cidade.

Entretanto, a crítica aqui não se concentra necessariamente na qualidade dos melhoramentos urbanos provocados por grandes intervenções de infraestrutura urbana ou mesmo de grandes equipamentos imponentes na paisagem, mas especialmente nos desdobramentos destes na acentuação das desigualdades pré-existentes na periferia. Uma vez que a implantação de novos empreendimentos, infraestrutura e serviços urbanos não significam, diretamente, a melhoria na qualidade de vida de determinados grupos sociais. Portanto, o olhar desarticulado das escalas e impactos das intervenções de desenvolvimento urbano nas periferias contemporâneas tem o poder de transformá-las em heterogeneidades ainda mais discrepantes.

A EMERGÊNCIA DA PERIFERIA NEOLIBERAL

A cidade contemporânea é repleta de contradições e reinvenções que se distanciam cada vez mais de um modelo utópico de cidade ideal puramente refém da técnica. Por sua vez, a periferia contemporânea se torna cada vez mais heterogênea em função do avanço do capitalismo e seus reflexos na produção de novos padrões de urbanização.

A experiência neoliberal fornece novos significados às periferias brasileiras em diferentes âmbitos, as dotando de grande dinamismo e paulatina atratividade ao capital. Seus novos usos, valores, espacialidades e simbolismos são repercussões das experiências de interesses político-econômicos de determinados agentes dominantes na produção do espaço, engendrando subjetividades de diversas naturezas e escalas.

Nesse contexto, a manutenção de uma urbanização excludente pautada nos interesses políticos e econômicos do poder público e do capital imobiliário fomenta a manutenção da desigualdade nas paisagens periféricas, diante do ciclo de reprodução capitalista. Desse modo, a multiplicidade de ações efervescentes nesses espaços revelam novas frentes de investigação ao planejamento da paisagem periférica na contemporaneidade.

De algum modo, nas primeiras décadas deste século, a cidade contemporânea caminha em um processo de transição cultural mediante a crescente financeirização do espaço urbano, implodindo métodos tradicionais de gestão e produção de cidade. A recorrente expansão do mercado imobiliário e suas “novas” formas de produção de tecidos urbanos na periferia favorecem novos caminhos culturais e fomenta a reformulação de uma agenda urbana pautada na democratização da produção dessas paisagens.

A paulatina atratividade mercadológica de determinados espaços na periferia confere novas estratégias e intencionalidades articuladas entre agentes sociais diante da crescente financeirização na produção do espaço. Igualmente, é na periferia que a invisibilidade midiática colabora com as ações oportunistas do poder público na acentuação das desigualdades presentes no espaço urbano e metropolitano e suas paisagens banalizadas pelo viés de mercado. Além disso, as cicatrizes da urbanização periférica decorrentes de práticas políticas excludentes de tempos distintos se acumulam e produzem subjetividades latentes na identidade da paisagem da periferia metropolitana contemporânea.

No cerne do capital neoliberal, a paisagem periférica é, múltipla e simultaneamente, alvo de intencionalidades político-econômicas para a manutenção do *status quo* que alimenta a reprodução do capital no espaço. A paisagem periférica contemporânea é polissêmica e polivalente frente a uma corrente global que a trata como laboratório de experimentações espaciais no trato dos espaços urbanos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as paisagens das periferias metropolitanas contemporâneas emergem no cenário neoliberal? Esta foi a questão norteadora para o desenvolvimento deste trabalho no campo dos estudos urbanos e regionais. O artigo revela a dinâmica da paisagem periférica que se adequa autoritariamente aos ciclos de reprodução do capital neoliberal na reprodução de tecidos urbanos “padronizados” com elementos tipo-morfológicos típicos do capitalismo.

No caminhar da fase atual do capitalismo, a periferia metropolitana contemporânea abriga uma profusão de elementos, símbolos, culturas e práticas políticas particulares que a impulsionam como elemento atrativo à acumulação capitalista no espaço, diante da consolidação e “congestionamento” dos núcleos urbanos centrais. A paisagem periférica se manifesta como a borda da expansão do capital, seu veículo de manutenção de poder e reprodução no neoliberalismo.

Nesse sentido, algumas questões permanecem no que se referem à compreensão das dinâmicas que envolvem as paisagens periféricas: Como a paisagem se manifesta em diferentes municípios periféricos de uma mesma região metropolitana? Existe um comportamento padrão do capital neoliberal nesse sentido? Quais serão as próximas mutações das paisagens periféricas no futuro próximo pós-pandemia? Esses questionamentos sugerem reflexões mais amplas e bem mais complexas passíveis de futuros estudos a serem desenvolvidos.

Certamente, as limitações científicas e temporais desta pesquisa, no contexto da Pandemia de Covid-19, não permitiram o esgotamento da problemática investigada em uma maior escala de análise do objeto empírico. Entretanto, seus achados científicos e a experiência empírica compartilhadas abrem novas frentes de investigação. Outros recortes, enfoques e abordagens de técnicas qualitativas distintas serão de grande valia para agregar e aprofundar a temática, bem como, ampliar o estado da arte a respeito das periferias metropolitanas contemporâneas.

Por fim, novas abordagens são essenciais ao aprimoramento da compreensão da complexidade inerente às paisagens das periferias brasileiras no capitalismo neoliberal. Diante desta nova década iniciada, as perspectivas de transformação das periferias metropolitanas fomentam uma agenda de pesquisa e planejamento fundamental à gestão e governança metropolitana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ARAUJO, Eloisa Carvalho de. Múltiplas paisagens: contribuições no campo da cidade metrópole. (102-116). In: BRAGA, Flávia & ANDRADE, Rubens de (Orgs.). *Lote e quadra, cidade e território: múltiplas escalas do projeto paisagístico*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2016.

ARAUJO, Eloisa Carvalho de. *Produção da paisagem na periferia rural-urbana de Niterói: o caso da área em torno da Estrada Velha de Maricá*. 1995. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

ARAÚJO, Jefferson Tomaz de. *Espaços livres públicos no espaço urbano periférico: práticas políticas, apropriação social e subjetividades em São Gonçalo (RJ)*. 2020. 256 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ARAUJO, Leila de Oliveira Lima. *Geografia da periferia urbana: lugar de múltiplas representações no entorno do trecho rodoviário Niterói-Manilha, BR-101*. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revitalização” urbana como processo de valorização do espaço. (87-91). In: CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. *Geosul*, Florianópolis, v. 1, n. 2, 70-78, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 39, 48-64, 1996.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa do. A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XXI, 09-29, 2007.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho e moradia na periferia de uma grande metrópole: para uma política urbana economicamente orientada. (195-216). In: NATAL, Jorge (Org). *Território e Planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011.

LORIA, Luana. *Manifestações artísticas como contranarrativas: estudos de casos das periferias do Rio de Janeiro e de Lisboa*. 2017. 266 f. Tese

(Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugênio Fernandes; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli (Orgs.). *Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2018.

MARICATO, Ermínia. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica. (99-170). In: MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Adalton da Motta. *Transformações sócio-econômicas no eixo Niterói–Manilha em São Gonçalo/RJ*. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 f. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. São Paulo. 2001. 351 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *RBEUR - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 1, n. 1, 115-132, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Formações Metropolitanas no Brasil: mecanismos estruturantes*. 1984. 599 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Coord.). *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro: IBAM, 1982.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SERPA, Angelo. A paisagem periférica. (161-179). In: Eduardo Yázigi (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, Elizabeth Pessanha. *A nova relação centro-periferia: reflexões a partir do município de Duque de Caxias – RJ*. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TÂNGARI, Vera Regina. Sistemas espaciais abertos no Rio de Janeiro: as esferas pública e privada refletidas na paisagem urbana. (160-182). In: ALVARES, Lucia Capanema & BARBOSA, Jorge Luiz (Orgs.). *Espaços Públicos Urbanos: das políticas planejadas à política cotidiana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. (75-103). In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.